

# Máfia desviou 64% de verbas

**O** relatório final da CPI do Orçamento apresentará ao País um retrato estarrecedor da fraude sobre a distribuição das verbas públicas destinadas às camadas mais pobres da população. Pelos números já calculados pela Subcomissão das Subvenções Sociais recursos doados pelo Governo Federal para atividades de assistência — 64 por cento das liberações feitas pelo Ministério do Bem-Estar Social, somente no ano de 1992, se perderam nos labirintos da corrupção.

Dos 23,5 milhões de dólares liberados por este ministério no último ano do governo Collor, 15,3 milhões foram transferidos a associações particulares e prefeituras controladas pela máfia do Orçamento. A pedido da CPI, o Tribunal de Contas da União (TCU) auditou 75 destes repasses de subvenções e constatou irregularidades em 74. O

CARLOS MOURA



**Fiúza: US\$ 22 milhões**

mesmo relatório vai revelar outras distorções: entidades consideradas idôneas, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e Sociedade Pestalozzi — que atendem às crianças carentes portadoras de deficiências —, e as Santas Casas de Misericórdia obtiveram juntas em 1992 pouco mais de 500 mil dólares do Bem-Estar Social. Esta quantia correspon-

de a apenas 2 por cento do total das liberações.

A subcomissão já identificou que, naquele ano, pelo menos 13 milhões de dólares se destinaram ao esquema de distribuição controlado pelo deputado João Alves (sem partido-BA). Dos 23,5 milhões de dólares retirados dos cofres públicos em 1992, 22 milhões foram pagos pelo ex-ministro da Ação Social (atual Bem-Estar Social), deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

O ex-assessor da Comissão de Orçamento e ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, hoje preso na Polícia Federal (PF), será apontado pela subcomissão como o principal técnico do esquema de subvenções. Por ordem dos anões da Comissão de Orçamento do Congresso, o economista incluía na lei orçamentária as rubricas globais de subvenções sociais. José Carlos ajudava também na feitura das listas fraudulentas que eram encaminhadas posteriormente aos ministros indicando quais entidades deveriam ser beneficiadas.